



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DA BAHIA - SECOM
INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB

EDITAL nº 02/2014

PREÂMBULO

NOME DO EDITAL: Edital de Fomento à Produção Audiovisual Baiana 2014		VALIDADE ATÉ: 30/12/2015
UNIDADE EXECUTORA: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB		
FORMAS DE CONTATO:		
ENDEREÇO ELETRÔNICO (SITE) www.irdeb.ba.gov.br		
Telefone: (71) 3116-7425	E-mail: escritorio.projeto@irdeb.ba.gov.br	
PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS:		
Pelos Correios: Início: 07/07/2014 Fim: 21/08/2014	Presencialmente: Início: 07/07/2014 Fim: 21/08/2014	
ENDEREÇO PARA ENVIO DE PROPOSTAS PELOS CORREIOS: Rua Pedro Gama, 413-E, Alto do Sobradinho - Federação - Salvador - Bahia - CEP 40.231.000		
PRESENCIALMENTE: No PROTOCOLO DO IRDEB , a Rua Pedro Gama, 413-E, Alto do Sobradinho - Federação - Salvador - Bahia - das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h30m de segunda a sexta-feira		
DATA MÍNIMA DE INÍCIO DO PROJETO, PARA INSCRIÇÃO DA PROPOSTA: Só serão aceitas propostas cujo cronograma tenha início a partir de 28/11/2014.		

O Estado da Bahia, através da Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia - SECOM e da Unidade Executora acima identificada, torna pública a abertura de apresentação de propostas com vistas à seleção de projetos de produção independente de obras audiovisuais brasileiras de documentários, telefilme de ficção, de séries de ficção, documental e animação, com destinação e exibição inicial em televisão nos termos do presente Edital e seus Anexos e com observância das disposições da Lei Estadual 9.433/05 e do Decreto estadual nº 9.266/2004 e 9.683/05, bem como das disposições da Lei Federal nº 11.437/06, do Decreto nº 6.299/07 e pelo Regulamento Geral do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Audiovisual - PRODAV, disponível no portal da ANCINE (www.ancine.gov.br).

1. OBJETO

- 1.1** Constitui objeto do presente Edital a seleção de projetos inéditos de obras audiovisuais, não publicitárias, captadas em alta definição que tenham como finalidade a exploração comercial, na(s) categoria(s) indicada(s) no **Anexo I**.
- 1.2** Os recursos financeiros disponíveis para este Edital, indicados no **Anexo I**, serão provenientes do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, através de Termo de Suplementação a ser concedido pela ANCINE ao IRDEB e de orçamento do IRDEB.

2. PRAZOS

2.1 Os prazos para realização desta seleção são os estabelecidos no **Anexo II**.

2.2 Os prazos previstos poderão ser prorrogados por ato do Diretor Geral do IRDEB, mediante justificativa fundamentada e/ou das comissões de seleção.

2.3 O prazo de validade deste edital poderá ser prorrogado por ato do Diretor Geral do IRDEB, mediante justificativa fundamentada.

3. PROPONENTE

3.1 Poderão encaminhar propostas para esta seleção:

- a) Pessoas Jurídicas de Direito Privado que tenham como finalidade legal principal, o exercício de atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão - CNAE 59.11-1/99; e
- b) Tenham registro na ANCINE como empresa produtora brasileira independente.

3.1.1 Estarão permitidas associações de empresas produtoras baianas com outras empresas produtoras independentes brasileiras para efeitos de participação nos editais, desde que esteja resguardada a participação majoritária das empresas baianas na divisão dos direitos patrimoniais sobre as obras.

3.2 Não serão apoiadas propostas de proponentes que não possuam domicílio ou estabelecimento no Estado da Bahia há, pelo menos, 02 (dois) anos, tendo como referência a data de encerramento da apresentação de propostas.

3.3 Será exigido para contratação dos recursos do FSA o pré-licenciamento oneroso de exibição da OBRA por emissora ou programadora de televisão, com todas as especificações pertinentes, de acordo com os valores e proporções mínimas em relação aos itens financiáveis e condições contratuais exigidas pelo FSA definidas nos itens 63 a 65 do Capítulo IV do Regulamento Geral do PRODAV, observando-se que o prazo da primeira licença se iniciará com a data do requerimento do seu Certificado de Produto Brasileiro ("CPB") e valerá por até 3 (três) anos a contar da sua emissão.

3.3.1 - Obrigatoriamente a primeira licença deverá ser feita, **sem exclusividade**, pelo IRDEB para exibição na TV Educativa de Salvador, este também deverá ter o caráter oneroso, com todas as especificações pertinentes do item acima.

3.4 No caso de projetos realizados em coprodução internacional, deverão ser observados os termos do inciso V do artigo 1º da Medida Provisória internacional nº 2228-1/2001, além das seguintes disposições:

- a) A coprodução deverá ser comprovada por meio de contrato ou pré-contrato com empresa estrangeira, redigido em língua portuguesa, consularizado e com tradução juramentada, dispondo sobre as obrigações das partes no empreendimento, os valores e aportes financeiros envolvidos e a divisão de direitos sobre a obra.
- b) Os recursos a serem investidos, assim como o cálculo da participação do FSA, terão como base o total de itens financiáveis de responsabilidade da parte brasileira. Da mesma forma, o FSA terá participação sobre as receitas proporcionais à parte brasileira na divisão dos territórios em todos e quaisquer segmentos de mercado e janelas de exploração, existentes ou que venham a ser criados, observando as condições sobre retorno do investimento dispostas no Regulamento Geral do PRODAV.
- c) No momento da contratação do investimento, será exigido o reconhecimento provisório da coprodução internacional pela ANCINE, nos termos da Instrução Normativa nº 106, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o reconhecimento do regime de coprodução internacional de obras audiovisuais não-publicitárias brasileiras, ou norma equivalente que a substitua.

d) Coproduções internacionais estabelecidas após a decisão final de investimento no projeto estarão sujeitas à análise do FSA para revisão das condições de retorno do investimento, desde que exista o reconhecimento provisório da coprodução pela ANCINE.

4. VEDAÇÕES

- a) É vedada a participação de projetos de obras audiovisuais cujos diretores da obra ou sócios, gerentes e administradores das empresas proponentes ou respectivos cônjuges ou companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, sejam servidores ou ocupantes de cargo em comissão da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), bem como servidores do BRDE lotados em unidade responsável pela operação do FSA ou ocupantes de cargo em comissão, e membros do Comitê de Investimento;
- b) É vedada a alteração de empresa produtora proponente, salvo nos casos de cisão, fusão ou incorporação, quando poderá ser admitida a troca da proponente pela nova empresa resultante de um desses processos de reorganização empresarial, desde que haja anuência do BRDE e do IRDEB com a alteração subjetiva, e seja observado o limite financeiro previsto neste edital, bem como preservadas as condições para a contratação;
- c) É vedada a participação de proponente que esteja inadimplente com a Fazenda Pública Estadual; esteja inadimplente com o IRDEB; e tenha, na composição de sua diretoria e, no caso de ONG's, também no conselho fiscal, servidor público lotado no IRDEB. As vedações previstas neste artigo estendem-se aos parentes até o segundo grau, bem como aos cônjuges ou companheiros, quer na qualidade de pessoa física, quer por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios, no que se refere a proposta que envolva ou beneficie diretamente a pessoa impedida;
- d) É vedada a contratação de projeto que já tenha recebido recursos do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA e/ou do Fundo de Cultura da Bahia. No caso de projetos já selecionados e/ou contratados em outras linhas do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA e/ou do Fundo de Cultura da Bahia, esta vedação será afastada, desde que ainda não tenha havido liberação de recursos por parte dos agentes financeiros desses Fundos e haja desistência do proponente/contratado em relação à seleção/contratação anterior.

5. DIREITOS SOBRE OS CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS

5.1 Os direitos sobre as obras audiovisuais, objeto do investimento do FSA, deverão observar o capítulo VI do Regulamento Geral do PRODAV.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A proposta deverá ser apresentada através de formulário disponível no site indicado no preâmbulo deste Edital e enviada unicamente:

6.1.1. Através de formulário disponível no site indicado no preâmbulo deste Edital, em envelope lacrado e identificado (destinatário, nome do edital e nome da proposta), enviado por **SEDEX dos Correios, ou serviço similar** ou protocolado no endereço constante no preâmbulo deste Edital, constando:

a) 01 (uma) via impressa do formulário de apresentação de propostas disponível no site indicado no preâmbulo deste Edital;

b) 01 (uma) via impressa da planilha orçamentária disponível no(s) site(s) indicado(s) no preâmbulo deste Edital;

c) 01 (uma) via impressa do currículo do proponente; e

- d) CD ou DVD gravado com os arquivos digitais iguais aos impressos, dos documentos a, b, e c acima indicados, bem como da documentação indicada no item 6.1.2.

6.1.2 Documentação complementar obrigatória, para:

Categoria A - OBRA SERIADA DE ANIMAÇÃO de 1'30" (um minuto e trinta segundos): Storyline, Sinopse com, no máximo, 10 linhas, Argumento com, no máximo, 2 laudas, Perfil dos Personagens, Model Sheet dos Personagens, Concepção dos Principais Cenários, e Storyboard com, no mínimo, 9 quadros de cada um dos 26 (vinte e seis) episódios.

Categoria B - OBRA SERIADA DE FICÇÃO de 3' (três) minutos - Storyline, Argumento e Perfil dos Personagens da Série e Sinopse e Roteiros com estrutura, divisão por sequência e diálogos desenvolvidos de todos os 13 (treze) episódios da série.

Categoria C - OBRA SERIADA DE FICÇÃO - PÚBLICO INFANTIL de 13' (treze) minutos: Storyline, Argumento e Perfil dos Personagens da série. Roteiro com estrutura, divisão por sequência e diálogos desenvolvidos do primeiro episódio e Sinopse de todos os 26 (vinte e seis) episódios da série.

Categoria D - OBRA SERIADA DOCUMENTAL de 26' (vinte e seis) minutos: Storyline, Sinopse com, no máximo, 10 linhas e Pré-roteiro com previsão de estrutura, sustentação teórico-prática da ideia que se pretende comunicar; listagem e breve perfil dos possíveis depoentes, dos 05 (cinco) episódios.

Categoria E - DOCUMENTÁRIO – Storyline, Sinopse e pré-roteiro com previsão de estrutura, sustentação teórico-prática da ideia que se pretende comunicar; listagem e perfil de possíveis depoentes, e informação da duração da obra.

Categoria F - TELEFILME DE FICÇÃO: Storyline, Sinopse, Argumento, Perfil dos Personagens e Roteiro com estrutura, divisão por sequência, diálogos desenvolvidos e informação da duração da obra.

- 6.1.2.1 -** A documentação complementar obrigatória deverá ser enviada impressa juntamente com a documentação do item 6.1.1.

6.2 Recomenda-se o envio de qualquer outra documentação adicional que o proponente considere importante para enriquecer a avaliação da proposta.

6.2.1 A documentação adicional deverá ser enviada preferencialmente em formato digital, gravados em CD ou DVD.

6.3 No envelope lacrado deverá estar registrado:

- a) o endereço para envio da proposta, constante do preâmbulo deste edital;
- b) o nome deste Edital, constante do preâmbulo deste edital;
- c) nome da proposta apresentada.

6.4 Cada envelope poderá conter apenas 1 (uma) proposta, sendo descartados os envelopes que contenham 2 (duas) ou mais propostas.

6.5. O orçamento físico-financeiro dos recursos a serem financiados, integrante da proposta a ser apresentada, deverá ser preenchido de forma detalhada, expressando com clareza a descrição, as quantidades e os custos dos serviços e materiais necessários à realização do projeto.

6.5.1. Deverão ser observados no orçamento físico-financeiro:

- a) o valor limite de apoio por proposta, indicado no Anexo I;
- b) todas as despesas relativas à produção da obra, incluindo o desenvolvimento do projeto e as despesas de gerenciamento e de execução do projeto;

- c) proponente não optante do Simples Nacional ou Super Simples e havendo contratação de pessoa física, poderá ser incluído valor de contribuição previdenciária patronal (INSS), acompanhado de memória de cálculo em campo específico;
- d) conforme natureza da proposta, atentar para pagamento destinado a direitos autorais de execução ou representação pública; e
- e) poderão ser pagos com recurso de edital serviços de contabilidade, desde que tenham como objetivo apoiar a execução e prestação de contas da proposta.

6.5.2. Não serão aceitas despesas incompatíveis com a legislação pertinente, tais como:

- a) pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a servidor ou empregado público ativo, integrante de quadro de pessoal de qualquer órgão ou entidade pública da administração estadual direta ou indireta;
- b) pagamento ao representante legal da pessoa jurídica, salvo se no exercício de função específica técnica ou artístico-cultural na proposta;
- c) taxas de administração, gerência, captação de recursos ou similar;
- d) trespasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto da proposta;
- e) taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a recolhimentos fora do prazo;
- f) custos administrativos não condizentes com a natureza da proposta cultural;
- g) aquisição de material permanente por proponente pessoa jurídica que não possua declaração de utilidade pública;
- h) coquetel, confraternização, recepção social, passeio ou congêneres, salvo despesas com abastecimento de camarim que não incluam bebidas alcoólicas; e
- i) **despesas de agenciamento, colocação e coordenação, divulgação, distribuição e comercialização e despesas gerais de custeio da empresa proponente.**

6.6. Durante o período de inscrições **o proponente poderá cancelar uma proposta** já entregue, mediante comunicação à Unidade Executora unicamente através do e-mail constante do preâmbulo deste edital.

6.7. Poderá ser enviada até **02 (duas) propostas por proponente, desde que, enviadas em envelopes separados.**

a) Caso identificado o envio de 2 (duas) propostas iguais, será considerada a proposta enviada por último, dentro do período de inscrições.

6.8. A apresentação de propostas implicará na **aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.**

6.9. O **acompanhamento** de todas as etapas do processo seletivo e a observância quanto a eventuais prazos para atendimento de solicitações da Unidade Executora serão de **inteira responsabilidade dos proponentes.**

6.10. Não será aceito envio de qualquer documento ou material **fora do prazo, forma e demais condições** estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

6.11. Todas as informações prestadas pelo proponente **estarão sujeitas à comprovação.**

6.12. Serão de **responsabilidade do proponente:**

- a)** todas as despesas decorrentes de sua participação neste Edital;
- b)** a veracidade das informações e dos documentos apresentados, bem como sua comprovação, quando solicitada;
- c)** a guarda de cópia da proposta, documentos e de todos os anexos; e
- d)** o gerenciamento de recursos de restrição de recebimento de e-mails (filtros, anti-spam, etc.) que impeçam o recebimento de e-mails enviados pela Unidade Executora.

7. ANÁLISE PRÉVIA

7.1 As propostas enviadas no período indicado no preâmbulo deste Edital serão submetidas à análise prévia.

7.1.1. A análise prévia será realizada por comissão designada pelo Diretor Geral do IRDEB e consistirá na avaliação da pertinência de enquadramento da proposta e do proponente em relação a este Edital e à legislação aplicável.

7.1.2 Não serão habilitadas em análise prévia propostas:

- a) que tenham início previsto antes da data indicada no preâmbulo deste edital, sendo considerada a indicação da data no campo 11.1 do Formulário de Apresentação de Propostas;
- b) projetos com valor superior ao limite de apoio por proposta, indicado no Anexo I, sendo considerada a indicação no total na Planilha Orçamentária de recursos;
- c) enviadas em postagens/embalagens que contenham 2 (duas) propostas ou mais, no mesmo envelope;
- d) que tenham sido enviadas para endereço distinto do indicado no preâmbulo deste edital;
- e) que não cumpram o estabelecido no item 6.1 e seus subitens;
- f) que apresentem proposta em formulários diversos aos anexados a este edital; e
- g) que não preencham os campos obrigatórios assinalados no formulário.

7.2 O resultado da análise prévia com a **relação das propostas inscritas** será divulgado no Diário Oficial do Estado e no site indicado no preâmbulo deste Edital.

8. SELEÇÃO DA PROPOSTA

8.1 A seleção da proposta será realizada por Comissão designada pelo Diretor Geral do IRDEB formada por, no mínimo, 5 (cinco) integrantes, podendo ser ampliada de acordo com o número de propostas inscritas, composta por membros da Sociedade Civil, do Poder Público Estadual e Federal, podendo ter representantes da ANCINE e/ou BRDE, mantendo-se como princípio o número ímpar e maioria de membros da sociedade civil. Na formação da comissão, será considerada a atuação na área deste Edital e experiência em projetos audiovisuais.

8.1.1. Caso a Comissão julgue necessária defesa oral, o convite será realizado ao proponente, através de correio eletrônico, no qual deverá constar o local, a data e o horário de seu comparecimento, no prazo indicado no **Anexo II**, quando será permitida a participação do responsável técnico da proposta, se houver.

8.2 Serão utilizados para a avaliação das propostas os **critérios indicados** no **Anexo III** deste Edital.

8.3 Caso seja identificado que membro da Comissão deste edital integre a Ficha Técnica do projeto, o projeto será, em qualquer etapa, automaticamente desclassificado.

8.4 Cada proponente **só poderá ter selecionada 01 (uma) proposta neste edital**.

8.5 As **propostas selecionadas**, bem como a indicação dos **suplentes** em ordem de classificação, serão publicadas no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico indicado no preâmbulo deste edital.

8.6 A homologação da seleção da proposta está condicionada ao atendimento à realização dos ajustes indicados pela Unidade Executora, referentes à apresentação de documentos, adequação de itens orçamentários, entre outros, visando o atendimento à legislação estadual.

8.6.1 Os proponentes serão convocados, por meio eletrônico, para envio dos ajustes indicados e entrega da documentação necessária à assinatura do Contrato, no prazo indicado no **Anexo II**.

8.6.2 O proponente selecionado que **não atender ao solicitado dentro do prazo** estabelecido no **Anexo II** será desclassificado.

9. ASSINATURA DO CONTRATO COM O IRDEB

9.1 Para a assinatura do contrato dos recursos aportados pelo IRDEB (**Anexo V**), disponível no site indicado no preâmbulo deste Edital, o proponente selecionado será convocado para apresentar no prazo estabelecido no Anexo II os seguintes documentos:

- a) Proposta impressa, com as adequações solicitadas visando ao atendimento à legislação de referência e com todas as folhas rubricadas;
- b) Cópia de CNPJ da pessoa jurídica proponente;
- c) Cópia de RG e CPF do(s) representante(s) legal(is);
- d) Cópia de Contrato Social ou Estatuto, devidamente registrados (JUCEB ou cartório), e demais alterações, incluindo Ata de designação do(s) representante(s) legal(is), no caso de pessoa jurídica sem fins lucrativos;
- e) Cópia do registro comercial para empresas individuais;
- f) Declaração de estabelecimento na Bahia nos últimos 02 (dois) anos;
- g) Comprovante de regularidade junto ao INSS / Certidão Negativa de Débito (CND), podendo ser impressa a partir do site www.previdenciasocial.gov.br;
- h) Comprovante de regularidade junto ao FGTS / Certidão de Regularidade Fiscal (CRF), podendo ser impressa a partir do site www.caixa.gov.br;
- i) Comprovações de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, podendo ser impressos a partir dos sites www.receita.fazenda.gov.br, www.sefaz.ba.gov.br e, se houver, do site do Município de sede do proponente;
- j) Comprovação de regularidade com o TST – Tribunal Superior do Trabalho/ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, podendo ser impressa a partir do site www.tst.jus.br/certidao;
- k) Comprovante de abertura de conta corrente específica, contendo nome do proponente, CNPJ, banco, número da agência e da conta e data de abertura, que deve ser posterior à data da publicação do resultado deste Edital no DOE;
- l) Cópia do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, assinados pelo contador responsável, já exigíveis e apresentados na forma da lei podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- m) Declarações obrigatórias indicadas no formulário de apresentação de propostas assinadas pelo proponente; e
- n) CD ou DVD com formulários de apresentação de propostas, caso sejam solicitadas alterações.

9.2 A documentação deverá ser entregue **pessoalmente ou enviada** por SEDEX dos Correios, ou serviço similar, na sede da Unidade Executora indicada no preâmbulo deste Edital.

9.3 O proponente selecionado que **não apresentar os documentos listados dentro do prazo** estabelecido no **Anexo II** será desclassificado.

9.4. Os proponentes vencedores do concurso deverão fazer cadastro no COMPRASNET, no site: (www.comprasnet.ba.gov.br).

10. ASSINATURA DO CONTRATO COM O FSA

10.1 Para cada projeto selecionado será assinado contrato de investimento entre a empresa proponente e o agente financeiro do FSA, o BRDE, contendo as condições estipuladas na minuta de contrato disponibilizada no seu sítio eletrônico, tendo como objeto o investimento para a produção da obra audiovisual e a correspondente participação do FSA nas receitas.

10.2 A proponente deverá apresentar para contratação dos recursos do FSA os documentos relacionados nos **Anexos A e B** disponíveis no site indicado no preâmbulo deste Edital.

10.3 A contratação do investimento suplementar do FSA somente será realizada após o desembolso pelo IRDEB, condicionada à comprovação pela proponente do financiamento, incluindo os recursos do FSA de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da parte brasileira dos itens financiáveis, conforme documentação prevista no **Anexo B**.

10.4 As proponentes deverão estar, ainda, adimplentes perante a ANCINE, o FSA e o BRDE, além de comprovar regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista, para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

10.5 Será exigida para a contratação a análise técnica da compatibilidade entre o orçamento e o roteiro, a ser realizada pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB, salvo se o projeto já estiver aprovado para captação de recursos incentivados pela ANCINE.

10.6 Será verificado ainda para contratação dos recursos do FSA a observância das regras relativas aos direitos sobre os conteúdos audiovisuais prevista no Capítulo VI do Regulamento Geral do PRODAV.

10.7 Para projetos aprovados pela ANCINE a partir da vigência do novo Sistema de Aprovação de Projetos estabelecido após a publicação da Instrução Normativa nº 99, de 29 de maio de 2012, a aprovação da etapa de análise complementar dispensa as análises de orçamento e de direitos previstas nos itens 10.5 e 10.6.

10.8 As proponentes participarão do contrato de investimento na condição de responsáveis pela execução operacional, gerencial e financeira do projeto e pelas obrigações relativas ao repasse das receitas decorrentes da exploração comercial da obra.

10.9 A empresa produtora, no que lhe couber, deverá observar, nos contratos e acordos com terceiros, a participação do FSA na Receita Líquida do Produtor (RLP) auferida na comercialização da obra.

10.10 A cópia final da obra audiovisual entregue para fins de Depósito Legal, em sistema digital de alta definição, deverá conter necessariamente dispositivos de legendagem descritiva e audiodescrição que assegurem a acessibilidade por deficientes auditivos e visuais.

10.11 Para fins de cumprimento da previsão normativa relativa à logomarca, deverão ser observadas as disposições previstas no Manual de Aplicação da Logomarca da ANCINE e as do BRDE, bem como do Governo do Estado e do IRDEB.

10.12 A proponente terá prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias para apresentar as condições para a contratação do investimento do FSA, contados a partir do desembolso dos recursos pelo IRDEB.

11. RETORNO DO INVESTIMENTO DO FSA

11.1 O retorno dos valores investidos pelo FSA será definido de acordo com as normas dispostas na seção VIII, do capítulo IV do Regulamento Geral do PRODAV.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Para todos os efeitos integram o presente Edital o Formulário de Apresentação de Propostas e os Anexos abaixo especificados, todos disponíveis no site indicado no preâmbulo deste Edital:

- I – Especificação do financiamento, objeto, quantidade, valores, prazo para conclusão das obras e definições do Edital;
- II – Prazos das etapas do Edital;

III – Critérios para seleção das propostas;

IV – Orientações específicas, documentos recomendáveis e obrigatórios;

V – Minuta do Contrato com o IRDEB;

A - **(FSA)** - Documentação exigida para contratação pelo agente financeiro do Fundo Setorial do Audiovisual; e

B - **(FSA)** - Documentação exigida para contratação pelo agente financeiro do Fundo Setorial do Audiovisual – comprovantes de captação dos recursos.

12.2. As obrigações a serem assumidas pelo proponente selecionado estão previstas em cláusula das OBRIGAÇÕES do Contrato.

12.3. Os recursos financeiros para a proposta selecionada serão repassados conforme cláusula da LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS do Contrato a ser celebrado com o IRDEB, bem como no contrato a ser firmado com o FSA.

12.4 O proponente selecionado deverá prestar contas dos recursos na forma indicada no Contrato a ser celebrado com o IRDEB, bem como no contrato a ser firmado com o FSA.

12.5. A Unidade Executora será responsável pela gestão dos procedimentos desta seleção, bem como pelo acompanhamento e fiscalização da execução do projeto, deliberação sobre alterações solicitadas e pela emissão de parecer técnico sobre prestações de contas parciais e final apresentadas pelo proponente.

12.6. Cabe ao IRDEB, além de disponibilizar os recursos para apoio financeiro à proposta selecionada, a emissão de deliberação final sobre as prestações de contas apresentadas.

12.7 A prestação de contas dos recursos investidos pelo FSA, deverá ser feita pelo proponente diretamente ao BRDE, mediante o conjunto de documentos que proporcionem a aferição do cumprimento do objeto e da finalidade do projeto e a correta aplicação dos recursos, até o dia 15 do quinto mês seguinte à data de conclusão da obra.

a) a prestação de contas dos recursos do FSA será analisada pelo BRDE de acordo com as normas do banco e as específicas do FSA e, subsidiariamente, as regras da ANCINE.

b) apenas serão admitidos documentos fiscais que comprovem despesas realizadas no prazo compreendido entre a data de encerramento das inscrições de projetos e até 4 meses após a data de conclusão da obra, entendida como a data de liberação do CPB, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

12.8. O proponente selecionado deverá manter seus dados atualizados até a aprovação da prestação de contas final do projeto.

12.9. A Unidade Executora exercerá o dever de, a qualquer tempo, eliminar eventuais erros processuais comprovados, bem como disporá do direito de excluir deste Edital proponentes que:

- a) se enquadrem nas vedações indicadas neste Edital e na legislação aplicável;
- b) não tenham comprovada a veracidade das informações e dos documentos apresentados, quando solicitado; e
- c) não atendam em tempo hábil às diligências solicitadas durante o processo seletivo.

12.10. Os projetos não selecionados ficarão à disposição dos proponentes para retirada na sede da Unidade Executora, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a publicação da divulgação do resultado, podendo ser, a partir de então, inutilizados.

12.11. Só serão aceitos recursos em relação a decisões desta seleção, relativos a erros formais ou de procedimento, caso identificados, e deverão ser objetivamente fundamentados e enviados via correio eletrônico, unicamente para o endereço constante do preâmbulo deste edital, no prazo indicado no **Anexo II**.

- a) Os recursos serão decididos pelo dirigente máximo da Unidade Executora da seleção indicada no preâmbulo deste Edital.

- 12.12.** As sanções decorrentes da incorreta execução física e financeira do projeto serão aquelas dispostas na minuta do contrato de investimento do FSA disponível no sítio eletrônico do BRDE, bem como as disponíveis na minuta do contrato - **Anexo V**, para os recursos aportados pelo IRDEB.
- 12.13** A eventual revogação deste Edital, por motivos de interesse público, ou sua anulação, no todo ou em parte, não implicará direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.
- 12.14** Os casos omissos e as excepcionalidades do processo de seleção deste Edital serão analisados pelo IRDEB e, conforme o caso, pela Secretaria Executiva do FSA e pelo agente financeiro do FSA.
- 12.15** Informações e esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone ou do e-mail citado no preâmbulo deste Edital, fazendo constar, no campo assunto, a citação deste Edital e o Nome da Proposta.

Salvador (BA), 03 de julho de 2014.

Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB
José Araripe Cavalcante Júnior
Diretor Geral

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO FINANCIAMENTO, OBJETO, QUANTIDADE, VALORES, PRAZOS PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS E DEFINIÇÕES DO EDITAL

FINANCIAMENTO

Serão disponibilizados neste Edital recursos financeiros no valor total de R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil de reais).

Os projetos contemplados no presente Edital, terão aporte de recursos das seguintes fontes:

- a) Orçamento do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB, aportados na modalidade de fomento à produção, mediante contrato a ser celebrado entre o IRDEB e o proponente contemplado no Edital, com investimento proporcional a **1/3 (um terço)** do valor aprovado para produção de cada projeto; aquisição de direitos de primeira licença das obras para exibição na TV Educativa, **sem** exclusividade, bem como gestão do Edital; e
- b) Recursos do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, aportados na modalidade de investimento, com participação nos resultados comerciais do projeto, mediante contrato a ser celebrado entre o agente financeiro do FSA e o proponente contemplado no Edital e será proporcional a **2/3 (dois terços)** do valor aprovado para produção de cada projeto.

Os recursos serão distribuídos da seguinte:

- a) R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) para produção de documentários e telefilmes de ficção, com duração mínima de 50' (cinquenta) minutos e máxima de 120 (cento e vinte) minutos; e
- b) R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais) para produção de obras seriadas.

OBJETO, QUANTIDADE, VALORES E PRAZOS PARA EXECUÇÃO

OBJETO: Seleção de projetos inéditos de obras audiovisuais, não publicitárias, captadas em alta definição que tenham como finalidade a exploração comercial, nas categorias e formatos indicados no quadro abaixo:

QUADRO RESUMO

CATEGORIA	OBJETO - PRODUÇÃO DE CONTEÚDO	TOTAL DE OBRAS	VERBA POR OBRA	TOTAL DA VERBA	PRAZO DE EXECUÇÃO
A	Obra seriada de ANIMAÇÃO , contemplando 26 episódios de 1'30" (um minuto e trinta segundos) de duração cada	2	400.000,00	800.000,00	18 meses
B	Obra seriada de FICÇÃO , contemplando 13 episódios de 3' (três) minutos de duração cada	2	200.000,00	400.000,00	18 meses
C	Obra seriada de FICÇÃO para PÚBLICO INFANTIL contemplando 13 episódios de 26' (vinte e seis) minutos de duração cada	1	2.400.000,00	2.400.000,00	18 meses
D	Obra seriada DOCUMENTAL , contemplado 5 episódios de 26' (vinte e seis) minutos de duração cada	2	250.000,00	500.000,00	12 meses
E	DOCUMENTÁRIO com duração mínima de 50' (cinquenta) minutos e máxima de 120 (cento e vinte) minutos	2	300.000,00	600.000,00	12 meses
F	TELEFIME de FICÇÃO , com duração mínima de 50' (cinquenta) minutos e máxima de 120 (cento e vinte) minutos	2	800.000,00	1.600.000,00	12 meses
TOTAL				6.300.000,00	

DEFINIÇÕES

Entende-se por **obra audiovisual de produção independente**, no âmbito deste edital, aquela cuja empresa produtora detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviços de radiodifusão de sons e imagens ou operadoras de comunicação eletrônica de massa por assinatura.

Entende-se como **projeto inédito**, aquele que não esteja em fase de produção ou de finalização até a data de assinatura do Contrato.

Entende-se por obra audiovisual captada em alta definição, aquela que tenha, no mínimo, resolução em full HD (1920 x 1080).

Entende-se por **obra audiovisual não publicitária**, no âmbito deste edital, a obra cuja destinação não seja a publicidade e propaganda, exposição ou oferta de produtos, serviços, empresas, instituições públicas ou privadas, partidos políticos, associações, administração pública, assim como de bens materiais e imateriais de qualquer natureza.

Entende-se por **obra audiovisual brasileira**, no âmbito deste edital, a obra que atenda os seguintes requisitos:

- a) ser produzida por empresa produtora brasileira, sediada na Bahia há mais de 2 (dois) anos e registrada na ANCINE; e
- b) ser dirigida por diretor baiano ou estrangeiro, residente na Bahia há mais de 3 (três) anos, e utilizar para sua produção, no mínimo, 2/3 (dois terços) de artistas e técnicos baianos ou residentes na Bahia há mais de 5 (cinco) anos.

Entende-se por **obra audiovisual seriada**, no âmbito deste edital, a obra que, sob o mesmo título, seja produzida em capítulos (ou episódios).

Entende-se por **obra audiovisual do tipo animação**, no âmbito deste edital, aquela produzida em técnicas convencionais experimentais, mistas ou computação gráfica em 2D e/ou 3D.

ANEXO II – PRAZOS DAS ETAPAS DO EDITAL*

ETAPA	DATAS / PRAZOS
Apresentação de propostas	21/08/2014 (última data válida para postagem)
Resultado da análise prévia / publicação de propostas inscritas	Até 15 dias após prazo final de apresentação de propostas
Recebimento de recurso da análise prévia	Até 05 dias úteis após publicação de propostas inscritas
Defesa oral da proposta (caso a Comissão julgue necessária).	Até 35 dias após publicação de propostas inscritas
Publicação de propostas selecionadas	Até 40 dias após publicação de propostas inscritas
Recebimento de recurso de seleção	Até 05 dias úteis após publicação de propostas selecionadas
Entrega da proposta ajustada para homologação da seleção e documentos obrigatórios para assinatura de Contrato	Até 10 dias após recebimento de comunicado
Data aproximada para celebração do contrato	Até 21/11/2014

**Para efeito de contagem, todos os prazos são em dias corridos salvo onde indicado contrário.*

ANEXO III – CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

A seleção tem como parâmetro as diretrizes da Política Estadual de Cultura e Comunicação e a descentralização das ações no Estado.

As propostas serão avaliadas a partir dos critérios a seguir relacionados, sendo que do conjunto destes resultará a nota final da proposta:

- a)** Valor cultural, priorizando-se:
 - i. Mérito e qualidade artístico-cultural;
 - ii. Relevância do projeto no contexto sociocultural de sua realização;
 - iii. Criatividade, inovação e singularidade; e
 - iv. Estímulo à diversidade cultural.
- b)** Consonância com as políticas estaduais de cultura e comunicação, priorizando-se:
 - i. Harmonia com os princípios do Plano Nacional de Cultura e da Lei Orgânica da Cultura (12.365/2011);
 - ii. Capacidade estruturante e efeito multiplicador do projeto;
 - iii. Estratégias de democratização e acessibilidade;
 - iv. Contribuição do projeto para a qualificação do setor.
- c)** Qualificação do proponente e/ou da equipe executora do projeto, priorizando-se:
 - i. Experiência e qualificação do proponente e equipe em relação ao objeto do projeto;
 - ii. Relevância da atuação local e/ou regional dos agentes envolvidos na realização do projeto; e
 - iii. Articulações e/ou parcerias integrantes do projeto.
- d)** Viabilidade e qualidade técnica do projeto, priorizando-se:
 - i. Clareza, consistência das informações e coerência na composição do projeto;
 - ii. Coerência entre as ações da proposta e os custos apresentados;
 - iii. Razoabilidade dos itens de despesas e seus custos; e
 - iv. Condições para execução satisfatória do projeto.

Pontuação máxima:

0 a 5 - Não atende satisfatoriamente
6 a 15 - Atende parcialmente
16 a 20 - Atende satisfatoriamente

Cada obra será avaliada individualmente pelos membros da Comissão, sendo atribuída pontuação específica para cada critério. Da soma total das notas atribuídas por cada membro da Comissão, obter-se-á, por meio de média aritmética simples, a nota final da proposta, totalizando no máximo 80 (oitenta pontos).

Serão classificados os proponentes que atenderem às disposições deste Edital e seus anexos e cujas as obras alcançarem a pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos, não sendo o julgamento da Comissão passível de impugnação pelos Proponentes, no que diz respeito às notas concedidas.

As obras que obtiverem a mesma pontuação final, o desempate será realizado em observância à maior pontuação no item "a" e, persistindo o empate, será decidido através de sorteio público.

ANEXO IV - ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS, DOCUMENTOS RECOMENDÁVEIS E OBRIGATÓRIOS

Os itens abaixo estão classificados como “Informações e documentos recomendáveis para inscrição” e “Documentos obrigatórios para assinatura do Contrato.

A não apresentação das “informações e documentos recomendáveis para inscrição” não implica na não inscrição da proposta.

Contudo, **é recomendável** que seja enviado todo e qualquer documento que contribua para a avaliação da proposta, o que deverá ocorrer no momento da apresentação da proposta, enviado no mesmo envelope com os documentos necessários para inscrição (item 6.1) preferencialmente em CD ou DVD.

Quanto aos “documentos obrigatórios para inscrição do projeto”, o proponente deve observar os itens 6.1.1 e 6.1.2. A não apresentação dos documentos implicará na não inscrição da proposta.

Com relação aos “documentos obrigatórios para assinatura do Contrato”, o proponente, caso seja selecionado, terá 10 dias para apresentá-los. Importante observar que, além dos itens listados abaixo, também devem ser enviados aqueles indicados na alínea 9 deste edital. A não apresentação implicará na desclassificação do projeto e na convocação do próximo classificado.

Importante: informações sobre locais de realização, estratégias de mobilização e de acesso da população à obra devem ser inseridas nos campos específicos indicados no formulário.

Informações e documentos recomendáveis para inscrição em todas as CATEGORIAS:

- a) informações e/ou outros esclarecimentos julgados convenientes que possam acrescentar dados sobre a proposta;
- b) currículo dos responsáveis pela identidade do projeto; e
- c) cartas de anuência dos profissionais responsáveis pela identidade do projeto consideradas importantes para avaliação.

Documentos obrigatórios para assinatura do Contrato em todas as CATEGORIAS:

- a) declaração ou orçamento de cessão de direitos do autor do roteiro ou argumento, no caso de documentário, com autorização expressa para produção de obra audiovisual, caso o roteiro ou argumento não seja de autoria do proponente;
- b) comprovante de registro do roteiro ou argumento, no caso de documentário, junto à representação regional da Biblioteca Nacional ou cópia do protocolo de inscrição. Será aceito, também, como protocolo, o comprovante de envio do projeto à Biblioteca Nacional acrescido do comprovante de depósito da taxa de registro; e
- c) cópia do registro de inscrição da empresa produtora junto à Agência Nacional do Cinema – ANCINE, contendo a classificação de empresa brasileira de produção independente.

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

NOME DO PROJETO:

DADOS DO PROJETO:

PROCESSO Nº:

PROCESSO SELETIVO:

VIGÊNCIA ____/____/____ a ____/____/____

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL: ____/____/____

QUALIFICAÇÃO DOS PARTICÍPEIS

CONTRATANTE

INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB

CNPJ/MF:

ENDEREÇO:

TITULAR DO IRDEB:

Identidade:

Expedidor:

CPF:

Decreto Autorizativo:

Data Diário Oficial:

PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL

NOME FANTASIA

CNPJ/MF ou CPF:

ENDEREÇO:

CEP:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(ES) [incluir o quanto for necessário em caso de pessoa jurídica]

Nome 1:

Cargo:

Identidade:

Expedidor:

CPF:

Nome 2:

Cargo:

Identidade:

Expedidor:

CPF:

O INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB e PROPONENTE acima qualificado, resolvem celebrar o presente contrato, sujeitando-se, no que couber, aos Contratos da Lei Estadual nº 9.433, de 01/03/2005, e do Decreto estadual nº 9.266/2004 e suas alterações nº 9.683/05, mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PLANO DE TRABALHO

O presente Contrato tem como objeto a cooperação técnica e financeira entre a CONTRATANTE e o PROPONENTE para a execução do projeto, conforme plano de trabalho aprovado no processo seletivo indicado no campo Qualificação do Projeto no preâmbulo deste documento, que passa a integrar o presente Contrato como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução deste Contrato, cujo valor total e dotação orçamentária constam do Anexo I deste contrato, serão custeados pela CONTRATANTE e utilizados em estrita conformidade com o plano de trabalho.

§ 1º – Os recursos de que trata a presente cláusula destinam-se exclusivamente à realização do projeto, conforme plano de trabalho aprovado no processo seletivo indicado no campo Qualificação do Projeto no preâmbulo deste documento, sendo vedado o seu emprego, ainda que transitoriamente, em outras

despesas ou quaisquer atividades que não estejam plenamente vinculadas ao perfeito atendimento do objeto deste contrato.

§ 2º – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados, ainda que em caráter de emergência, em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento e para, especialmente:

- a) pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor ou empregado público ativo, integrante de quadro de pessoal de qualquer órgão ou entidade pública da administração estadual direta ou indireta;
- b) pagamento ao representante legal de pessoa jurídica, salvo se no exercício de função específica na proposta;
- c) trespasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do contrato;
- d) taxas de administração do projeto, gerência ou similar;
- e) taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a recolhimentos fora do prazo;
- f) custos administrativos não condizentes com a natureza do projeto;
- g) aquisição de material permanente por proponente pessoa jurídica que não possua declaração de utilidade pública;;
- h) coquetel, confraternização, recepção social, passeio ou congêneres, salvo despesas com abastecimento de camarim que não incluam bebidas alcoólicas; e
- i) despesas de agenciamento, colocação e coordenação, divulgação, distribuição e comercialização e despesas gerais de custeio da empresa proponente.

§ 3º – O PROPONENTE responsabilizar-se-á pelo cumprimento dos objetivos, metas e prazos de execução constantes no plano de trabalho, conforme aprovado pela CONTRATANTE, cabendo-lhe o gerenciamento dos recursos financeiros, indissociavelmente vinculados ao objeto deste Contrato.

§ 4º – Compromissos que excederem ao valor total destinado ao projeto conforme Anexo I, será de inteira e exclusiva responsabilidade do PROPONENTE, que proverá os recursos necessários à sua cobertura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DO RECURSO FINANCEIRO

A liberação dos recursos financeiros ao PROPONENTE a cargo da CONTRATANTE, previstos na cláusula segunda, será realizada de acordo com o cronograma de desembolso constante do Anexo II deste contrato e observadas as condições a seguir.

§ 1º – A primeira e única parcela será liberada em até 30 (trinta) dias após a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial do Estado.

§ 2º – O PROPONENTE movimentará os recursos em conta bancária específica, vinculada a este Contrato, discriminada no Anexo I.

§ 3º – Na aplicação dos recursos deverão ser atendidos os princípios da economicidade e da eficiência, mediante, ao menos, 3 (três) cotações e/ou justificativa de preços dos materiais e serviços adquiridos, devendo ser comprovadas na prestação de contas, sob pena de responsabilidade do PROPONENTE por atos de gestão antieconômica.

§ 4º – Os recursos transferidos para a execução do projeto e os saldos, enquanto não utilizados, deverão ser obrigatoriamente alocados em aplicação financeira vinculada à conta corrente do projeto.

§ 5º – As receitas financeiras, auferidas na forma do parágrafo sétimo, serão obrigatoriamente computadas a crédito do Contrato e aplicadas, exclusivamente, no seu objeto, devendo constar de um demonstrativo específico que integrará as prestações de contas a que se refere à cláusula sexta.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

Além dos compromissos gerais a que se submetem, por força deste Contrato, os PARTÍCIPES se comprometem a:

I – CONTRATANTE:

- a) transferir ao PROPONENTE os recursos estipulados referentes à sua participação financeira, nos Contratos da cláusula terceira;
- b) analisar as prestações de contas parciais e final apresentadas pelo PROPONENTE;
- c) inscrever o PROPONENTE como inadimplente no SICON – Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos nas hipóteses previstas no Decreto estadual nº 9.266/2004;
- d) prorrogar o cronograma de execução automaticamente por igual período quando houver atualização do plano de aplicação ou insuficiência de recursos ou, conforme previsto no § 3º, art. 168 da Lei 9.433/05, quando ocorrer impedimento, paralisação ou sustação deste contrato;
- e) comunicar formalmente ao PROPONENTE quando solicitado formalmente, os procedimentos necessários para devolução de recurso de que trata a cláusula oitava – da restituição de recursos.

II – PROPONENTE

- a) executar, conforme aprovado pelo CONTRATANTE, o Plano de Trabalho e suas reformulações, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência e eficácia na sua consecução;
- b) prestar contas dos recursos recebidos na forma prevista na cláusula sexta;
- c) movimentar os recursos em conta bancária específica;
- d) alocar os recursos transferidos para a execução do projeto em aplicação financeira vinculada à conta corrente do projeto, enquanto não forem utilizados;
- e) realizar, ao menos, 3 (três) cotações de preços previamente à aquisição de bens e serviços, ou na sua impossibilidade justificar os preços praticados, observando na aplicação dos recursos os princípios da economicidade e da eficiência, sob pena de responsabilidade por atos de gestão antieconômica, devendo apresentar as cotações e/ou as justificativas na prestação de contas;
- f) aplicar os recursos liberados, bem assim os rendimentos auferidos na forma do parágrafo quarto da cláusula terceira exclusivamente na execução do objeto deste Contrato;
- g) divulgar, obrigatoriamente, de acordo com o Manual de Identidade Visual, a participação do Governo do Estado da Bahia, da Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia, do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB, da TV Educativa da Bahia, da ANCINE, do FSA e do BRDE em toda e qualquer ação relacionada com a execução do objeto, com os recursos desse edital, salvo as restrições decorrentes da legislação eleitoral, sob pena de ser considerado inadimplente, respondendo pelas restrições e sanções decorrentes;
- h) informar, em entrevistas concedidas e em todo material de divulgação, que o projeto foi executado com o apoio da ANCINE, do FSA, do BRDE, do Governo do Estado da Bahia, da Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia, do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB e da TV Educativa da Bahia, salvo as restrições decorrentes da legislação eleitoral;
- i) apresentar, para aprovação da CONTRATANTE, a aplicação das marcas nos créditos das obras, antes de sua finalização;
- j) autorizar a CONTRATANTE a realizar o registro audiovisual, fotográfico e em áudio, das atividades do projeto e a utilização do material produzido, para fins de divulgação institucional;
- k) autorizar a ANCINE, o FSA, o BRDE, o Governo do Estado da Bahia, a Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia, o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB e a TV Educativa da Bahia a usar fotos, imagens, vídeos, áudio do projeto aprovado em publicidade, relatórios e materiais institucionais produzidos;
- l) atualizar, quando cabível, o plano de aplicação e informar qualquer alteração em documentos apresentados, para análise e aprovação da CONTRATANTE;
- m) manter seus dados atualizados até a aprovação da prestação de contas final do projeto;
- n) havendo necessidade de substituição de qualquer profissional indicado na ficha técnica que integra o Plano de Trabalho, apresentar solicitação de alteração acompanhada de justificativa, currículo e carta de anuência do substituto ao CONTRATANTE, para prévia aprovação;
- o) manter atualizada a escrituração contábil específica dos recursos, atos e fatos relativos à execução deste contrato, identificando o Contrato e a especificação da despesa, bem como manter em arquivo os documentos comprobatórios da receita e despesa, em ordem cronológica, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos; adotar todas as medidas necessárias para evitar a depredação e, sempre que necessário, promover a conservação do(s) bem(ns) adquirido(s), produzido(s) ou construído(s) com recursos deste Contrato, quando for o caso;

- p) manter, se for o caso, a totalidade do acervo patrimonial, adquirido com recursos transferidos pelo CONTRATANTE, na execução das ações inerentes ao objeto deste Contrato, sendo vedados quaisquer tipos de remanejamento ou alienação, sem a prévia anuência da CONTRATANTE, sob pena de seu recolhimento pela mesma, de conformidade com a legislação pertinente;
- q) possibilitar que a CONTRATANTE supervisione e fiscalize a execução do objeto, permitindo-lhe efetuar acompanhamento "in loco" e fornecendo, sempre que solicitado, informações e documentos relacionados com a execução do objeto, especialmente no que se refere ao exame da documentação jurídico-contábil;
- r) sempre que possível, promover registro fotográfico, audiovisual e/ou em áudio comprovando a realização do plano de trabalho;
- s) participar de oficinas ou outras atividades de capacitação vinculadas ao processo da seleção do projeto, caso venham ser promovidas pela CONTRATANTE;
- t) restituir eventual saldo de recursos, inclusive de rendimentos em aplicação financeira, existente na data de conclusão ou extinção do Contrato;
- u) assumir por sua conta e risco as despesas referentes às taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, despesas referentes a atrasos nos pagamentos, bem como arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros aprovados e transferidos pela CONTRATANTE;
- v) assumir, sob sua única e exclusiva responsabilidade os encargos tributários, trabalhista e previdenciários de todo o pessoal envolvido na execução do objeto deste Contrato, que não terão qualquer vínculo empregatício ou relação de trabalho com a CONTRATANTE;
- w) responsabilizar-se pela utilização de obras de titularidade de terceiros, protegidas pela legislação referente aos direitos autorais;
- x) cumprir quaisquer exigências feitas por órgãos de fiscalização e controle, tais como ECAD (quanto à utilização de músicas), Juizado de Infância e Adolescência (quanto à participação de menores no projeto), Secretaria de Segurança Pública ou Defesa Civil (quanto ao uso de espaços públicos), etc;
- y) Entregar, para efeitos de Depósito Legal e exibição, a cópia final da obra audiovisual, nos seguintes suportes: disco XDcam ou HD externo, bem como matriz autorada em DVD. Em ambos os suportes, a obra deverá conter audiodescrição e legenda descritiva (closed caption) para fins de acessibilidade por parte de pessoas com deficiência;
- z) Comprovar a conclusão da obra, mediante apresentação de Certificado de Produto Brasileiro - CPB emitido pela ANCINE, classificando a OBRA na categoria "Brasileira independente constituinte de espaço qualificado"; e
- aa) responsabilizar-se por eventuais danos às obras ou espaços nos quais o projeto seja realizado.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O IRDEB juntamente com a ANCINE exercerá as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução deste Contrato, além do exame das despesas, com a avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos repassados, a fim de verificar sua correta utilização.

§ 1º – Fica assegurado a CONTRATANTE e a ANCINE o livre acesso de seus técnicos credenciados para acompanhar, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos praticados, relacionados direta ou indiretamente a este Contrato, quando em missão fiscalizadora e ou de auditoria.

§ 2º – O acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução deste Contrato serão executados pelo servidor indicado no Anexo III deste contrato.

§ 3º – Em caso de afastamento, impedimento ou desligamento do servidor indicado no Anexo III dos quadros da Administração Estadual, será imediatamente designado substituto mediante registro em apostila.

§ 4º – O acompanhamento e a fiscalização exercidos não excluem e nem reduzem as responsabilidades do PROPONENTE de acompanhar e supervisionar a equipe e as ações desenvolvidas para execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O PROPONENTE deverá encaminhar a CONTRATANTE prestações de contas de todos os recursos recebidos.

§ 1º. Os relatórios Parciais e Final de Prestação de Contas deverão ser elaborados com o maior detalhamento possível da execução do projeto, e tendo como base o orçamento apresentado no projeto.

§ 2º - A prestação de contas parcial será exigida a cada 03 (três) meses, a partir da data do recebimento da parcela única e deverá conter os seguintes documentos:

- a) ofício de encaminhamento;
- b) formulário de prestação de contas, disponível no site indicado no preâmbulo deste Edital, devidamente preenchido, constando:
 - I - relatório de execução físico-financeira;
 - II - demonstrativo da execução da receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos e os saldos;
 - III - relação de pagamentos efetuados;
 - IV - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos deste Contrato, quando for o caso;
 - V - conciliação bancária, acompanhada de cópia do extrato da conta corrente específica contendo toda a movimentação dos recursos, apresentando encerramento e conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
- c) originais das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios das despesas realizadas;
- d) no caso de despesas com hospedagens em estabelecimento hoteleiro ou similar e com aquisições de passagens de qualquer meio de transporte, evidenciar em demonstrativo à parte e de forma correlacionada aos valores parciais e totais dessas despesas da seguinte forma:
 - I - no caso de despesas com aquisições de passagens: respectivos bilhetes utilizados, relação com o nome completo do usuário do bilhete, sua condição de participante no projeto, o trecho utilizado e as datas de embarque e desembarque, conforme indicadas no bilhete utilizado;
 - II - no caso de despesas com hospedagens: o nome completo do hóspede, sua condição de participante no projeto.

§ 3º - A prestação de contas final será apresentada no prazo de 30 (trinta) dias do término da vigência do Contrato, acompanhada dos documentos acima listados, acrescidos de comprovante do recolhimento do saldo de recursos à conta corrente indicada na Cláusula Oitava.

§ 4º. Os relatórios Parciais e Final de Execução de Atividades deverão conter, também, as seguintes informações:

- a) Descrição das etapas realizadas, indicando principais dificuldades e possíveis soluções;
- b) Cronograma real de execução;
- c) Datas e locais das atividades realizadas, incluindo número de participantes e de público, se houver;
- d) Profissionais envolvidos, indicando as funções desempenhadas;
- e) Registro fotográfico e audiovisual, se houver;
- f) Cópia de matérias veiculadas nas mídias impressa e eletrônica se houver; e
- g) Avaliação dos resultados de acordo com a metodologia prevista no projeto.

§ 5º - Na prestação de contas final será dispensada a apresentação de documentos já apresentados nas prestações de contas parciais.

§ 6º - Transcorrido o período previsto no cronograma de execução para cumprimento da(s) etapas(s) e/ou fase(s) de execução correspondente ao montante dos recursos já recebidos sem que tenha sido apresentada a prestação de contas respectiva, o PROPONENTE será registrado como inadimplente no Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos – SICON.

§ 7º – A aprovação da prestação de contas final fica condicionada à verificação da regularidade dos documentos apresentados, conforme previsto nesta cláusula, bem assim à certificação do cumprimento da

etapa(s) e/ou fase(s) de execução correspondente, mediante parecer do servidor responsável pela fiscalização do Contrato.

§ 8º - A prestação de contas de que trata esta cláusula não exige o PROPONENTE de comprovar a regular aplicação dos recursos ao Tribunal de Contas do Estado e a outros órgãos de controle interno e externo da Administração, nos Contratos da legislação específica vigente.

§ 9º. A omissão na apresentação da Prestação de Contas ou a sua não aprovação pelo CONTRATANTE, implicarão na devolução dos recursos liberados e inscrição da PROPONENTE no Sistema de Gerenciamento de Gastos Públicos - SIGAP e no SICON, como inadimplente.

§ 10º. A CONTRATANTE poderá solicitar o encaminhamento de cópias dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer momento, sempre que julgar necessário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

Obriga-se a PROPONENTE a registrar, em sua contabilidade analítica, os recursos recebidos do CONTRATANTE, identificando o Contrato e a especificação da despesa, bem como manter em arquivo cópia dos documentos comprobatórios da receita e despesa, em ordem cronológica, onde ficarão à disposição dos órgãos de controle interno e externo da Administração Pública Estadual, por cinco anos.

PARÁGRAFO ÚNICO – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios das despesas serão emitidos em nome do PROPONENTE, constando o número deste Contrato, devendo ser apresentados os originais.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, o PROPONENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, é obrigado a recolher ao erário do Estado conforme orientação a ser definida pela CONTRATANTE, conforme legislação vigente, de que trata a letra “f”, do item II, da Cláusula Quarta, o que se segue:

- a) o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data de assinatura do Contrato;
- b) o valor total transferido atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
 - i. quando não for executado o objeto da avença;
 - ii. quando não for(em) apresentada(s), no prazo exigido, a(s) prestação(ões) de conta(s) parciais ou final; e
 - iii. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Contrato;
- c) o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais; e
- d) o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

É vedada a alteração do objeto do Contrato, salvo para a sua ampliação, desde que aprovado plano de trabalho adicional avaliado pela Contratante.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ampliação do objeto do Contrato será formalizada mediante Contrato aditivo, desde que solicitado, com as devidas justificativas e aprovado novo plano de trabalho adicional pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A extinção do Contrato se dará mediante o cumprimento do seu objeto ou nas demais hipóteses previstas nos parágrafos seguintes.

§ 1º – O Contrato poderá ser rescindido mediante notificação escrita, com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias, por conveniência de qualquer dos partícipes, hipótese em que o PROPONENTE fica obrigado a restituir integralmente os recursos recebidos e não aplicados no objeto do Contrato, acrescidos do valor correspondente às aplicações financeiras.

§ 2º – O descumprimento de qualquer das cláusulas do Contrato é causa para sua resolução, especialmente quando verificadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;
- b) falta de apresentação de prestação de contas parciais, conforme prazo estabelecido no § 2º da cláusula sexta; e
- c) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com as autorizações legais.

§ 3º – A nulidade do Contrato ou da seleção pública que o antecedeu poderá acarretar a sua rescisão.

§ 4º – Extinto o Contrato, os recursos financeiros ainda não aplicados na sua execução serão devolvidos a CONTRATANTE na forma do disposto na cláusula oitava, sem prejuízo da necessária prestação de contas.

§ 5º – A rescisão deste Contrato, na forma do parágrafo segundo desta Cláusula, enseja a instauração da competente Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PESSOAL

O PROPONENTE se responsabiliza por todo o pessoal utilizado na execução do objeto deste Contrato, que não terá relação jurídica de qualquer natureza com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá a vigência indicada no campo de Qualificação do projeto, podendo ser prorrogado, mediante a formalização de Contrato aditivo, desde que solicitado ainda no prazo de vigência do presente Contrato, com justificação escrita, e autorizado pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATANTE tem a prerrogativa de prorrogar “de ofício” a vigência do Contrato, sempre que der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 131, §3º, da Lei estadual nº 9.433/2005.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador, Capital do Estado da Bahia, como competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, [__] de [_____] de 20[__].

Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB
José Araripe Cavalcante Júnior
Diretor Geral

PROPONENTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXOS CONTRATO ____ / ____**NOME DO PROJETO:** _____**ANEXO I**

RECURSO FINANCEIRO APROVADO (valor numérico e extenso): R\$

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Especificação	Códigos	Descrições
Unidade Gestora	36.201.0001	IRDEB
Fonte de Recurso	0.324/0.315	BIRD - PROINCLUSÃO/BID-PROCONFIS
Projeto / Atividade	24.392.138.6373	Dinamização da Programação dos Meios de Comunicação do IRDEB
Elemento de Despesa	3.3.90.3900	Outros serviços terceiros - Pessoa Jurídica

CONTA CORRENTE PARA MOVIMENTAÇÃO DO RECURSO PELO PROPONENTE

Especificação	Código / Número	Denominação
Banco		
Agência		
Conta Corrente		

ANEXO II

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

PARCELA	MÊS DE DESEMBOLSO	VALOR	MARCO PARA DESEMBOLSO
1ª parcela e única		1/3 (um terço) do valor aprovado para produção do projeto, em até 30 dias após publicação do contrato	Assinatura do Contrato

ANEXO III

ACOMPANHAMENTO E SUPERVISÃO

Nome do Servidor	João Luiz Esteves Bolatti
Matrícula do Servidor	63 446032-7
Lotação	Diretoria de Programação e Conteúdos

Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB
José Araripe Cavalcante Júnior
Diretor Geral

Pelo Proponente

ANEXO A - FSA

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONTRATAÇÃO PELO AGENTE FINANCEIRO DO FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL

Para fazer jus ao investimento suplementar do FSA ao aporte de recursos, do projeto selecionado no Edital de Fomento à Produção Audiovisual Baiana, correspondente a 2/3 do total do projeto, as proponentes dos projetos selecionados pelo presente edital deverão cadastrar as informações da empresa e do projeto no módulo de inscrição do sistema eletrônico disponível no sítio eletrônico do BRDE na internet www.brde.com.br/fsa, encaminhando a seguinte documentação para contratação do investimento, em uma via em envelope lacrado, entregues por portador ou por serviço de encomenda expressa com aviso de recebimento (AR), para o endereço disposto abaixo e com a seguinte identificação no seu exterior:

*Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
Rua Uruguai, nº 155 - 4º andar Porto Alegre – RS CEP: 90.010-140
Assunto: FSA - SUPLEMENTAÇÃO REGIONAL 2014
(razão social proponente) / (título projeto)*

- a) Ata de homologação do resultado final de seleção do projeto nos termos do edital Local;
- b) Comprovação de regularidade fiscal: Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em plena validade, disponível no sítio da Receita Federal;
- c) Comprovação de regularidade previdenciária: Certidão Negativa de Débitos e Contribuições Previdenciárias do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em plena validade, disponível no sítio da Receita Federal;
- d) Comprovação de regularidade relativa ao FGTS: Certidão de Regularidade de Fornecedor – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal, em plena validade, disponível no sítio da Caixa Econômica Federal;
- e) Comprovação de regularidade trabalhista: Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), artigo 642-A (acrescido pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011), que poderá ser obtida no sítio <http://www.tst.jus.br/certidao>;
- f) Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado de Exercício (DRE) relativos ao último exercício, assinados pelo contador da empresa;
- g) Cópia do contrato de pré-licenciamento firmado com empresa emissora ou programadora de televisão, no caso de obras seriadas e telefilmes;
- h) Apresentação do contrato definitivo de coprodução internacional, quando houver, caso este não tenha sido entregue anteriormente, sendo obrigatório, em qualquer das hipóteses, o reconhecimento provisório do regime de coprodução internacional pela ANCINE;
- i) Cópias de contratos que envolvam participação na comissão de distribuição e/ou participação na recuperação das despesas de comercialização, quando houver;
- j) Formulário autorizando o agente financeiro a consultar a situação no CADIN, conforme modelo disponibilizado pelo agente financeiro;
- k) Orçamento analítico, impresso e em mídia ótica (CD ou similar); *(dispensada caso o projeto tenha sido aprovado pela ANCINE)*;
- l) Cópia do Certificado de Registro do Roteiro na Fundação Biblioteca Nacional; *(dispensada caso o projeto tenha sido aprovado pela ANCINE)*;

- m) Contrato de cessão de direitos de realização de roteiro entre o detentor de direitos e a proponente; *(dispensada caso o projeto tenha sido aprovado pela ANCINE);*
- n) No caso de obra audiovisual derivada de criação intelectual pré-existente, contrato de cessão de direitos para constituição de obra derivada, contendo cláusula especificando prazo mínimo de cessão dos direitos de 1 (um) ano e opção de renovação prioritária; *(dispensada caso o projeto tenha sido aprovado pela ANCINE);*
- o) No caso de obra que implique utilização de formato de obra audiovisual pré-existente, autorização ou cessão de uso do respectivo formato; *(dispensada caso o projeto tenha sido aprovado pela ANCINE);*
- p) Autorização de uso de imagem da personalidade, quando couber; *(dispensada caso o projeto tenha sido aprovado pela ANCINE);*
- q) Comprovação pela PRODUTORA da captação de ao menos 80% (oitenta por cento) dos itens financiáveis da parte brasileira, incluídos os recursos do FSA, por meio do envio dos documentos listados no **ANEXO B**.

ANEXO B - FSA

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONTRATAÇÃO PELO AGENTE FINANCEIRO DO FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL – COMPROVANTES DE CAPTAÇÃO DOS RECURSOS

- a) contratos de patrocínio, nos termos do artigo 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993;
- b) recibos de captação, nos termos da Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e do artigo 1º-A da Lei nº 8.685/1993;
- c) contratos de coprodução nos termos dos artigos 3º e 3º-A da Lei nº 8.685/1993 e do art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/2001;
- d) contratos de investimento firmados com Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica – FUNCINES, nos termos do artigo 41 da Medida Provisória nº 2.228-1/2001;
- e) contratos de patrocínio, investimento, financiamento ou empréstimo de instituições financeiras celebrados pelo proponente;
- f) contratos, convênios ou publicações oficiais que comprovem patrocínios e apoios provenientes de entes públicos federais, municipais ou estaduais;
- g) relação de pagamentos comprobatória dos recursos próprios ou de terceiros despendidos no projeto;
- h) documentos comprobatórios de créditos relativos a prêmios e acordos internacionais;
- i) contratos de aquisição antecipada de licenças de exibição ou de exploração comercial, à exceção da primeira licença de exploração celebrada com a emissora ou programadora de televisão;
- j) contrapartida de recursos próprios ou de terceiros, comprovada mediante depósito em conta corrente exclusiva vinculada ao projeto.
- k) aporte de recursos não-financeiros previstos em contratos de prestação de serviços e/ou locação de equipamentos, a título de contrapartida, observadas as seguintes condições:
 - I. O valor integral objeto dos contratos previstos na alínea 'j' desta Cláusula deve ser igual ou inferior aos valores dos respectivos itens apresentados no orçamento da proposta.
 - II. Nos casos de serviços de locação de equipamentos ou similares prestados pela PRODUTORA ou por coprodutores ao projeto, a título de contrapartida, deverão ser encaminhados 3 (três) orçamentos de tomadas de preços de produtos e/ou serviços equivalentes do mercado para cada despesa. O valor efetivamente pago deverá ser igual ou inferior ao menor dos três orçamentos apresentados.